

Seminário: “Acordos da União Europeia com o Canadá e com os Estados Unidos - Ponto de Situação das Negociações em Curso – Perspectivas de Futuro”
26 de Setembro, na Ordem dos Médicos, em Lisboa

Acordos Comerciais da União Europeia em debate

Em seminário organizado pelo Observatório dos Mercados Agrícolas e das Importações Agro-Alimentares intitulado “Acordos da União Europeia com o Canadá e com os Estados Unidos - Ponto de Situação das Negociações em Curso – Perspectivas de Futuro” realizado no dia 26 de Setembro, na Ordem dos Médicos, em Lisboa decorreu importante debate sobre o ponto da situação das diversas negociações em curso, no plano técnico e político, e dos impactos dos referidos acordos nos diversos sectores da agricultura portuguesa.

A União Europeia e o Canadá iniciaram negociações em maio de 2009, com vista a um acordo de comércio livre entre a UE e o Canadá, designado Acordo Económico e Comercial Global (CETA), que pretende, entre outras coisas, remover mais de 99% das tarifas entre as duas economias e criar novas oportunidades consideráveis de acesso ao mercado de serviços e investimento.

Em 18 de outubro de 2013, a União Europeia e o Canadá chegaram a um acordo político sobre os elementos-chave do referido acordo.

Em 5 de julho de 2016 a Comissão Europeia propôs formalmente ao Conselho da UE a assinatura e a celebração do acordo.

A sua plena entrada em vigor estará subordinada à respetiva celebração, pela UE, por meio de uma decisão do Conselho, com a aprovação do Parlamento Europeu, e por todos os Estados-Membros em conformidade com os procedimentos nacionais de ratificação aplicáveis.

Na sequência de decisão do Conselho, será possível aplicar o CETA a título provisório.

Neste momento, segundo declarações da Subdiretora-Geral da Direção-Geral de Assuntos Europeus do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Maria João Botelho, entidade que coordenou as negociações por parte do Governo português, “as negociações estão concluídas e publicado o texto”. Segundo Maria João Botelho, o “acordo é muito positivo” para o nosso país. Desaparecem 99% de direitos pautais o que desonera as exportações. Para além do desmantelamento pautal introduz a possibilidade de barreiras relativas ao cumprimento de um conjunto de regras, nomeadamente de natureza sanitária e fitossanitária. “O Governo português está muito satisfeito com os resultados obtidos até ao momento” sendo objectivo implementá-lo rapidamente, adiantou ainda a representante do MNE.

A fase seguinte será a ratificação do CETA por todos os parlamentos nacionais e regionais de todos os Estados Membros que perfazem um total de 38.

Ainda segundo esta representante do MNE “há consenso europeu inequívoco que o acordo é muito bom e que deve entrar em vigor”, contudo há países onde há debate interno e contestação. Considerando que o debate interno e a contestação gerada em muitos países resulta de falta de informação, está prevista uma declaração conjunta do Canadá e da UE que interprete o texto do acordo de modo a torná-lo de fácil leitura para todos os cidadãos.

A 28 de Outubro o texto do CETA será validado por todos os estados membros de modo a poder entrar em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2017. Espera-se que em Portugal, onde “tem havido um debate muito intenso ao nível do Parlamento” a sua ratificação ocorra sem problemas.

Já em relação ao Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, vulgarmente conhecido pela sigla inglesa TTIP, foi dito que as negociações estão paradas por proposta da França e da Alemanha.

É um acordo muito ambicioso e abrangente e pretende-se que venha a ter igual interesse para ambas as partes. Contudo, segundo adiantou Maria João Botelho, “a discussão está a ser muito difícil e ainda não se chegou a um texto comum”. Há divergências em muitas áreas e “devemos ser duros e firmes a defender os nossos interesses mas não desistir do processo negocial”, acrescentou a dirigente do MNE.

Pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural participou Eduardo Diniz, Director Geral do Gabinete de Planeamento e Políticas. Este dirigente apontou alguns desafios com que a agricultura portuguesa se debate, nomeadamente o desaceleramento económico da China, do Brasil, a diminuição do preço do petróleo e a volatilidade dos preços das “commodities”. Estas incertezas dos mercados provocam alguma desconfiança nos países emergentes, daí, segundo o representante do MAFDR a necessidade de recentrar no Atlântico o centro de gravidade das trocas comerciais. “Não queremos um acordo a qualquer preço mas, do ponto de vista geoestratégico, ficaríamos melhor ao alinhar com o Canadá e com os EUA”, conclui Eduardo Diniz.

A visão dos sectores

Visão contrária manifestaram os representantes dos diversos sectores agrícolas presentes. Vítor Menino, Presidente da FPAS – Federação Portuguesa de Associações de Suinicultores, fez críticas demolidoras aos dois acordos em debate. Referiu a opacidade dos processos negociais, e a injustiça de se colocarem em concorrência sistemas de produção desiguais apontando o dedo ao facto da Europa ter critérios e maior exigência e rigor em matéria de uso de hormonas, de promotores de crescimento, cumprimento de boas práticas de bem estar animal, ambientais, sanitários e fitossanitários. Consideram que a Europa não deve abrandar nas suas exigências nestas matérias mas que isso coloca os produtores europeus em situação de desigualdade.

“O CETA é um mau acordo para os produtores de carne de porco e de bovino. Nós produzimos melhor carne que os EUA e o Canadá mas não usamos as mesmas armas, eles usam promotores de crescimento que são totalmente proibidos na Europa” afirmou Vítor Menino. Este dirigente associativo considerou ainda que o CETA abre caminho à entrada de produtos dos EUA e abre caminho para acordos com o Brasil e o MERCOSUL. “Não se vê, para os produtores de carne de porco e de bovino qualquer vantagem no acordo com o Canadá nem com os EUA, os produtores estão contra” afirmou o dirigente da FPAS.

Por sua vez, Domingos Santos, Presidente da FNOP – Federação Nacional das Organizações de Produtores de Frutas e Hortícolas, considera que deve existir um princípio de solidariedade entre todas as fileiras do sector. “Somos muito afetados pelos custos de contexto, nomeadamente regras ambientais e dimensão das parcelas, um produtor médio de Portugal tem um décimo de um produtor médio dos EUA” acrescentou o dirigente da FNOP.

Trata-se, contudo de uma fileira muito competitiva, com capacidade exportadora onde se faz do melhor do mundo mas com um conjunto de regras altamente apertadas, nomeadamente nos tratamentos fitossanitários, com muitas regras para proteger o ambiente. “Estamos

preparados para o mercado mas com regras iguais, queremos competir com base nas mesmas regras” afirmou Domingos Santos.

“Queremos um acordo”, disse ainda o dirigente da FNOP, “mas um acordo bem feito, não queremos um acordo em que seja o sector agro-alimentar a ceder”, apesar dos produtores de hortofrutícolas não serem os mais afetados, temos que ser solidários com os outros produtores. Tem que haver um princípio de solidariedade, esta é a nossa imposição.

Ana Soeiro, Diretora Executiva da QUALIFICA e Vice-Presidente do OriGin para a Europa reconhece algumas vitórias nas negociações com o Canadá mas aponta muitas dificuldades no diálogo para o TTIP. “Os EUA não reconhecem o sistema de proteção de produtos com indicações geográficas (DOP e IGP) existente na Europa. “No âmbito do CETA é possível negociar com os EUA não se vê por onde possa haver qualquer acordo, pelo contrário é um grande problema e perigo para as Indicações Geográficas” considera Ana Soeiro.

Susana Fonseca da associação ZERO, considera que é muito importante o envolvimento de toda a sociedade neste debate. Segundo esta dirigente associativa trata-se de negociações conduzidas por burocratas que, ao contrário dos políticos não são eleitos. “As negociações são feitas à porta fechada e só tem acesso quem tem poder, os pequenos ficam arredados de todo o processo negocial” disse Susana Fonseca. Este secretismo foi confirmado por um deputado europeu do PCP presente no debate.

A dirigente da ZERO foi perentória em considerar que estes acordos conduzem a retrocessos na área da proteção da saúde e do ambiente na Europa. “A Comissão Europeia já está a ser influenciada pelas regras negociadas nos tratados mesmo antes de estarem a ser aplicados” acusa Susana Fonseca, “já estamos a ver as implicações e ainda os acordos não estão a ser aplicados”. “Na Europa há exigências, os produtores europeus irão competir em condições desiguais, é conveniente ler o Estudo de Impacto Ambiental sobre a Sustentabilidade do CETA. Não se vê qualquer benefício para os estados europeus ” afirma Susana Fonseca.

Algumas dos problemas apontados por Susana Fonseca:

- Aumento da influência dos grandes grupos económicos implicando maiores dificuldades para as pequenas e médias empresas;
- Maior dificuldade em promover programas de incentivos ao consumo local, regional ou nacional;
- Nivelamento por baixo em termos de proteção ambiental e de saúde humana;
- Menor proteção das DOP e IGP, o CETA inclui apenas 4% das existentes;
- Diminuição do comércio intra-comunitário (PME e mercado português).

“É um acordo regressivo, no mínimo de estagnação no sentido das condições ambientais, de saúde e sociais, não somos contra o comércio mas queremos um comércio com responsabilidade, com justiça” afirmou a dirigente da ZERO.

As questões energéticas são também apontadas por esta dirigente como um problema, “nada neste acordo aponta para a redução da pegada de carbono”.

O deputado do PCP presente disse que o CETA não foi discutido no Parlamento Europeu e que as dificuldades no acesso à informação por parte dos deputados são enormes. Segundo este deputado há imensas dúvidas, nomeadamente sobre as questões energéticas, a contratação pública, a resolução de litígios e não se pode aceitar que seja sempre a agricultura a moeda de troca. Considera ainda o deputado que a aplicação antecipada do CETA é inaceitável.

Presente no debate esteve também a Plataforma contra o TTIP que defende que o debate deve passar para a sociedade, é urgente discutir “o que se perde, o que se ganha com este acordo”.

A representante do partido Os Verdes também participou no debate e disse que na Assembleia da República a discussão destas matérias tem sido escassa ou mesmo inexistente. “Parece que o CETA e o TTIP estão envoltos em grande secretismo, afirmou a representante dos “Verdes”.

Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação no encerramento do seminário

Luís Medeiros Vieira, Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação no encerramento do seminário fez o discurso de encerramento do Seminário.

Antes, Maria Antónia Figueiredo, Presidente do Observatório dos Mercados Agrícolas e Importações Agro Alimentares agradeceu a presença de todos e apresentou as conclusões do Seminário, numa extensa intervenção, que a seu tempo aqui publicaremos.

Luís Vieira começou por afirmar que tomou “boa nota todas as conclusões apresentadas”.

Numa analogia com a atual contestação ao CETA e ao TTIP, referiu que este ano fazem precisamente 30 anos que Portugal entrou na UE. Esta entrada deixou marcas profundas na agricultura portuguesa, considerou o governante. Se não fossem os fundos comunitários não teria sido possível percorrer este caminho de investimento e modernização da agricultura portuguesa. “Na sequência da entrada na UE a nossa agricultura sofreu um ajustamento estrutural fortíssimo e transformou-se naquilo que é hoje, competitiva”. “Estamos agora confrontados com novos acordos, as políticas protecionistas nunca conseguiram promover o desenvolvimento, temos que olhar para os acordos como um desafio, estes acordos são importantes para o relançamento da nossa economia e da agricultura”, adiantou o Secretário de Estado.

Luís Vieira considera que, no CETA os interesses da agricultura portuguesa estão acautelados, sendo que é questão essencial atender às barreiras técnicas de natureza sanitária e fitossanitária e que neste campo é preciso encontrar as melhores soluções. Já no TTIP reconhece que a situação é mais complicada e que a Europa deve continuar a bater-se por altos padrões de qualidade e segurança alimentar.

No TTIP os franceses solicitaram a suspensão das negociações. Este pedido tem o apoio da Alemanha, da Áustria, da Grécia e de Luxemburgo. Do lado dos EUA o processo eleitoral também está a atrasar as negociações, no entanto, considera o Secretário de Estado, devemos continuar a fazer trabalho de casa. “As conclusões aqui apresentadas são importantíssimas, tomaremos boa nota deste caderno de encargos e continuaremos a trabalhar para ir mais longe nas relações internacionais. Em relação ao Canadá considera que é um acordo equilibrado e que merece o acordo de todos. Quanto ao TTIP há que continuar o trabalho para chegar a um acordo equilibrado com uma atitude cautelosa, com transparência e de diálogo com todos os agentes da sociedade” disse Luís Vieira. “O governo está disponível para informar e debater com todos”, acrescentou o governante.